



A LIBERDADE DA FILÓSOFA ANGELA DAVIS

SIMONE BORGES DOS SANTOS¹ E
ALAN DA SILVA SAMPAIO²

RESUMO: Angela Davis é um símbolo da liberdade e da luta abolicionista. Aqui, apresentamos o significado de liberdade em sua filosofia, especialmente nos livros dos anos 2000. Primeiro, destacamos a centralidade do conceito na obra. Depois, dividimos os principais aspectos que a distanciam das concepções de liberdade do cânone filosófico. Em seguida, o papel da imaginação para a conquista do abolicionismo penal e de uma democracia que não seja a antítese da liberdade, como a capitalista. Logo após, mostramos o protagonismo das mulheres negras nas lutas progressistas e a importância da interseccionalidade para a teoria feminista e da solidariedade nas práticas de movimentos e organizações sociais. Por fim, oferecemos uma síntese do significado da liberdade como luta coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Angela Davis; Liberdade; Abolicionismo penal; Feminismo; Filosofia.

ABSTRACT: Angela Davis is a symbol of freedom and the abolitionist struggle. Here, we present the meaning of freedom in her philosophy, especially in the books of the 2000s. First, we highlight the centrality of the concept in the work. Then, we divide the main aspects that distance the conceptions of freedom from the philosophical canon. Then, the role of the imagination to conquer criminal abolitionism and a democracy that is not an antithesis of freedom, as the capitalist. Soon after, we showed the role of black women in the progressive lists and the intersectional importance for a feminist and solidarity theory in the practices of movements and social activities. Finally, we choose a demonstration of the meaning of freedom as a collective struggle.

KEYWORDS: Angela Davis; Freedom; Penal abolitionism; Feminism; Philosophy.

para Scank, vítima do genocídio em curso do povo negro em Salvador, covardemente executado no exercício de liberdade que é a arte, em particular a arte urbana.

Uma filósofa para a liberdade

“Marielle Franco sabia que a liberdade era uma luta constante” – diz Angela Davis (2019a) na conferência do Seminário Internacional “Democracia em colapso?”, ocorrido em 19 de outubro de 2019, em São Paulo. Na sequência, ela cita a ativista Janice Ferreira da Silva, a

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: simone.bsantos72@gmail.com.

² Professor de Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: alansampaio7@gmail.com.

Preta Ferreira, logo após esta ter conquistado a liberdade usurpada pelo Estado, que a incriminou e encarcerou, louvando o fato de Preta Ferreira ter dito:

este processo me ensinou, enquanto pessoa, como mulher negra, como ativista e como uma pessoa das classes menos favorecidas, que eu não posso parar, ensinou-me que eu devo prosseguir”, e ela disse que “não é somente um movimento ‘Libertem Preta’; é ‘Libertem as Pretas’”.

“*Free Angela*” seria o nome do movimento que lutou pela liberdade da professora de filosofia, perseguida e encarcerada pelo Estado, se ele não contasse com o gênio de Angela Yvonne Davis. O movimento se chama “*Free Angela and All Political Prisoners*” (“Libertem Angela e todos os presos políticos”) pois ela só aceita estar no papel de heroína se ele tem alguma relevância para os movimentos sociais de libertação, se for para pedir a liberdade de todos os outros em condições semelhantes. No documentário homônimo, a diretora Shola Lynch (2012) mostra a história de Angela Davis do momento em que apressa seu retorno da Europa quando toma conhecimento da fundação do Partido dos Panteras Negras, passando pela perseguição do Estado contra o exercício do magistério na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), e depois pela acusação de conspiração, sequestro e homicídio, quando foge e passa a integrar a lista dos dez fugitivos mais procurados pelo FBI, até sua prisão, o movimento por sua libertação e sua conquista. No documentário, um jovem graduando, possivelmente aluno seu, diz: “Angela sempre defendeu a liberdade”.

O movimento pela libertação de Angela Davis foi internacional. Intelectuais como Jean-Paul Sartre e Jean Genet apoiaram o movimento. O maestro Leonard Bernstein fazia apresentações para arrecadar fundos e financiar o pagamento dos advogados. O músico italiano Virgilio Savona compôs “Angela”, primeira música em favor de Davis. O grupo The Rolling Stones dedicou “Sweet Black Angel” à filósofa. John Lennon e Yoko Ono gravaram “Angela” em apoio à sua libertação. O músico de jazz Todd Cochran, conhecido como Bayete, gravou “Free Angela (Thoughts... and all I've got to say)”. O cofundador da Tribe Records, Phil Ranekim, lançou uma música dedicada a Davis, “Angela’s Dilemma”. As cantoras estadunidenses Aretha Franklin e Nina Simone, assim como o pintor italiano Renato Guttuso, foram outras celebridades que prestaram apoio publicamente à libertação da filósofa. Franklin, inclusive, prometeu o pagamento de sua fiança. Foi, afinal, a vontade, a pressão popular que a libertaram das garras da “justiça”.

A palavra “liberdade” define, decerto, o trabalho filosófico, político, existencial de Angela Davis. Sua vida e obra são símbolos da luta pela liberdade, como reconhecem diferentes intelectuais em prefácios e apresentações a livros seus. Em “Prefácio à edição brasileira”, a professora de sociologia da UFRB Angela Figueiredo (2018, p. 9) chama a atenção para o fato

de que “A imagem de Angela Davis circula em quase todo o mundo estampada em folders, camisetas, sites e blogs como símbolo de liberdade”. O professor de história americana Robin D. G. Kelley (2012, p. 7, *tradução nossa*) começa o seu “Prefácio” com a mesma questão que o livro coloca: “Qual o significado de liberdade?”, ao qual responde com uma imagem de sua autora, “A vida, o trabalho e o ativismo de Angela Davis foram dedicados a examinar essa questão fundamental e abolir todas as formas de subjugação que negaram a liberdade às pessoas oprimidas” – ao que arremata – “Não é exagero chamá-la de um dos principais filósofos da liberdade do mundo”. A imagem de Davis decerto contribui para avançarmos na ideia de liberdade. Mas como ler a reserva em apresentar a posição distinta da filósofa? Qualquer rápido sobrevoo pela obra e prática política autoriza a chamá-la de “filósofa da liberdade”. A escusa de exagero por parte de Kelley se deve à carência de estudos sobre Davis e mesmo à singularidade de sua filosofia, avessa ao cânone. Espanta a quase inexistência de comentários sobre sua obra, conceitos, método, retórica, quando se sabe de seu papel como ativista e intelectual.

Seus dois últimos livros, cujos prefácios foram acima citados, chamam-se *O significado de liberdade* e *A liberdade é uma luta constante*. O título do último é mesmo uma definição de liberdade, ela é uma luta perene. Mas o que isso significa? O subtítulo da obra, “Ferguson, Palestina e a fundação de um movimento”, acentua o aspecto positivo da luta e, portanto, da liberdade enquanto movimento crítico social, situado e universal. Esta hoje jovem senhora, que anda distribuindo sorrisos em palestras e entrevistas, tem, afinal, títulos, e ideias, desconcertantes. *O significado de liberdade* tem como subtítulo “e outros diálogos difíceis”. Não há talvez tema tão comum sobre o qual mais se debateu nos dois últimos séculos, com destaque especial na área da filosofia. Por que dialogar sobre a liberdade é, então, difícil? Por acaso, o discurso que conhecemos sobre a liberdade criou empecilhos ao diálogo?

Uma década antes, ela publicou *Estarão as prisões obsoletas?* e *Democracia da abolição*. O que diz este último? Ele opõe, exigindo sua reunião, aquilo que tínhamos por relação essencial: democracia e liberdade, e começamos a divisar os perigos de ter seu significado por evidente, ou seja, uma democracia que favoreça o avanço da liberdade é aquela que está, como consta no subtítulo, “para além do império, das prisões e da tortura”. O título do livro anterior, *Are Prisons Obsolete?*, é o mais espantoso, porque é uma questão, porque é uma questão inusitada, e com ela estamos nós sendo indagados – concernidos, pois, na resposta, que quer colocar um ponto de exclamação aí onde consta em nosso tempo como de interrogação. Ela é política e exige uma resposta no campo da ética.

Primeiro, se as prisões são (ou não) obsoletas, em algum momento, elas representaram uma ideia de avanço da justiça. Davis nos constrange a encarar o sistema penitenciário como histórico, antiquado e, mesmo, hoje injustificado, uma vez que o argumento da reabilitação desapareceu – e não só injustificável, como já defendiam abolicionistas penais do fim do século XIX como Jean-Marie Guyau (2007) e Friedrich Nietzsche (1998), quando mostraram a incoerência e a ineficiência do ponto de vista de educação moral requerida por utilitaristas, como Bentham (2000). Se ambos, Nietzsche e Guyau, acham que a punição é uma falsa solução para problemas morais, eles não aprofundam o tema da prisão do ponto de vista das lutas sociais, nem do ponto de vista econômico. Em segundo lugar, se as prisões podem ser questionadas como obsoletas, isto significa que conseguimos imaginar alternativas de combate às mais diversas formas de injustiça, alternativas sociais de reparação e educação e, antes, o mínimo decente de condições de existência, condições de vidas livres, como modo de evitar a geração da violência promovida pela atual política de encarceramento em massa associada à também assustadoramente crescente militarização da sociedade.

Os livros das primeiras décadas do novo milênio desafiam, afinal, nossa capacidade de imaginação. Deixam-nos questionar nossa liberdade, o significado mesmo de liberdade. Não teríamos dela, pois, apenas uma vaga noção, tão só uma ideia embaçada pela brutalidade de nossas representações e instituições sociais, do imaginário e das práticas legais? Dentre os obstáculos à liberdade, não encontramos a concepção filosófica comum de liberdade?

A resposta, que este artigo apresenta, é política, bem como a escolha do tema da revista Ideação da UEFS que abre o ano de 2020. Em sentido restrito, ele quer ser instrumento político de transformação do currículo da graduação em filosofia. O sistema acadêmico e o conforto dos clássicos afastam de nós, professores e estudantes de filosofia, uma concepção mais ampla e necessária de nosso trabalho. Estudar a obra de Davis nos provocou alguns espantos e ampliou nossa concepção de filosofia. Aqui traçamos um esboço de sua concepção de liberdade, ao tempo em que mostramos sua liberdade enquanto mulher, pensadora, ativista. Assim, procuramos uma primeira aproximação da filosofia que até então conhecíamos. Em seguida, apresentamos o abolicionismo penal e a democracia da abolição como fundamentais para o diálogo sobre a liberdade. Destacamos o papel da imaginação na superação da violência e a importância da interseccionalidade para os estudos feministas e da solidariedade na prática libertária. Por fim, apresentamos uma síntese do significado da liberdade como luta.

À revelia da tradição filosófica

Angela Davis pertence a uma tradição crítica da filosofia, na qual encontramos nomes como os de Butler, Fanon, Foucault, Marcuse, Adorno, Marx. De toda sorte, Davis não costuma ser apresentada nem se apresentar em relação a esse ou a qualquer cânone da filosofia. Mas, então, não há nessa “tradição” algo de impróprio? Por que insistir na aproximação? Primeiro, porque, apesar de raramente haver menção aos filósofos conhecidos, ela declara que encontrou inspiração para seu trabalho filosófico na teoria crítica, pela qual Herbert Marcuse lhe mostrou que era possível ser acadêmica, ativista, erudita e revolucionária (ver especialmente DAVIS, 2019c), além de efetivamente citar os outros filósofos mencionados acima, em geral com parcimônia, e, no caso de Judith Butler, ter uma conversa sobre a desigualdade (DAVIS; BUTLER, 2017).

Angela Davis não é filósofa porque detém o título acadêmico, porque estudou com a escola crítica de Frankfurt, foi orientada por Marcuse, ou porque foi professora de filosofia durante décadas. Ela é filósofa porque seu trabalho de questionar o mundo, as formas de vida e as injustiças sociais se dá pela crítica dos conceitos e argumentos. Para Davis, a filosofia que não é relevante para os problemas humanos, que não visa erradicar a miséria neste mundo, não merece ser chamada de filosofia: “a filosofia deve desempenhar a tarefa de generalizar aspectos da experiência, e não apenas com o objetivo de formular generalizações, de descobrir fórmulas do mesmo tipo em que creem meus colegas da disciplina” (DAVIS, 1971, p. 14, *apud* GREEN; CURRY, 1996, 319, *tradução nossa*). É nesse sentido que ela elogia a filosofia socrática, na medida em que coloca como cerne de sua reflexão a “vida digna”. Para ela, todavia, vida digna significa a libertação de todas as formas de opressão – social, econômica, psicológica.

Sócrates e Davis compreendem a liberdade como libertação. Para Sócrates, cuja filosofia se dirige aos jovens da elite governante ateniense, a liberdade está associada ao cuidado de si e ao governo dos outros. Libertar-se significa conhecer-se, cuidar-se, controlar-se, dominar, governar, o que o jovem alcança pela educação filosófica, voltada para as virtudes (ver especialmente o *Alcebiades* de Platão). Para Davis, ao contrário, a liberdade é luta contra todas as formas de violência; luta coletiva e não individual; luta dos oprimidos por condições dignas de vida.

Davis rompe, pois, com toda a tradição filosófica, especialmente a moderna. Romper significa não só se opor, mas não lhe fazer referência. Sabe-se que ela se declara comunista desde sempre, que estudou *O capital* de Marx e vez ou outra o cita, mas a tradição a qual se filia, da qual advém sua própria filosofia, não é nem continental nem analítica, mas sim a da

literatura de estudos negros (*Black Studies*), a exemplo de Frederick Douglass e Claudette Colvin. Há, afinal, pois, algo de impróprio em dizer que ela pertence àquela tradição crítica que há pouco apresentamos. Isto não significa que não sejam enriquecedoras confrontações entre o significado da liberdade para ela e o conceito como tratado pelo cânone. Por isso, apresentamos muito brevemente outras comparações, como modo de elucidar suas escolhas de método e estilo.

Ao comparar a tradição liberal da filosofia política, derivada de Hobbes, que entende a liberdade como direito do indivíduo de fazer o que bem entenda desde que não seja ilegal, com a de Davis, Robin Kelley traz uma excelente síntese do antagonismo das duas concepções:

Essa liberdade “negativa” ou liberdade colocada a prêmio no direito a (ou “de”?) possuir propriedade, a acumular riqueza, a defender propriedade com armas, a mobilidade, a expressão e participação política. A concepção de liberdade de Davis é muito mais abrangente e radical-coletiva, a liberdade de ganhar a vida e viver uma vida saudável e plenamente realizada; ser livre da violência; liberdade sexual; justiça social; abolição de todas as formas de escravidão e encarceramento; ser livre de exploração; liberdade de movimento; liberdade como movimento, como uma luta coletiva pela democracia real. (KELLEY, 2012, p. 7, *tradução nossa*).

Podemos ainda compará-la a Sartre (1987), para quem a liberdade é algo dado, justamente pela condição humana, em contraste com a existência de utensílios e animais. Algo que descobrimos na angústia, quando o nada aparece como fundamento do humano. Algo ao qual estamos condenados – somos todos, cada um individualmente, responsáveis pelo que escolhemos fazer. É mesmo uma concepção completamente diferente de liberdade que encontramos em Angela Davis. Ela se distingue, desde o princípio do qual parte, do público ao qual se dirige, até à literatura à qual se remete, e os conceitos usados.

O que Walter Benjamin (1987, p. 11) diz sobre a escrita em tempos de perigo nos faz compreender outro aspecto singular, mas não exclusivo, da obra de Davis.

A atuação literária significativa só pode instituir-se em rigorosa alternância de agir e escrever; tem de cultivar as formas modestas, que correspondem melhor a sua influência em comunidades ativas que o pretencioso gesto do livro, [isto é,] em folhas volantes, brochuras, artigos de jornal e cartazes. Só a linguagem de prontidão mostra-se atuante à altura do momento.

A obra de Davis tem algo dessa descrição que o filósofo da escola de Frankfurt oferece de sua escrita em *Rua de mão única*. Os livros³, que são apenas parte de seu trabalho de filósofa, são em geral coletâneas: *Se eles vierem amanhã: vozes da resistência*, de 1971, *Mulheres, raça*

³ Obras de Angela Davis no original, em ordem cronológica: *If They Come in the Morning: Voices of Resistance* (1971); *Angela Davis: An Autobiography* (1974); *Joan Little: The Dialectics of Rape* (1975); *Women, Race, & Class* (1983); *Women, Culture & Politics* (1990); *The Angela Y. Davis Reader* (ed. Joy James) (1998); *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday* (1999); *Are Prisons Obsolete?* 2003; *Abolition Democracy: Beyond Prisons, Torture, and Empire* (2005); *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues* (2012); *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement*, (2015).

e *Classe*, de 1983; *Mulheres, cultura e política*, de 1990; *Antologia de Angela Y. Davis*, de 1998; *Legado do blues e do feminismo negro*, de 1999; *Democracia da abolição*, de 2005; *O significado de liberdade*, de 2012; e *A liberdade é uma luta constante*, de 2018. Além delas, temos *Angela Davis: uma autobiografia*, de 1974, que por especificidade de gênero não se faz como coletânea de artigos, discursos ou entrevistas; trata-se de uma coletânea diferente. *Estarão as prisões obsoletas?*, de 2003, é a exceção. Trata-se de uma obra, breve, de um tema único, ainda que visto de tantos aspectos que nos convida a imaginar um mundo sem a prisão, através da apresentação de: um conjunto de genealogias que mostram a obsolescência do sistema penitenciário; das análises da ideologia (ideias, imagens, justificativas); e da imaginação. Uma espécie de panfleto, comparável à *Genealogia da moral* de Nietzsche e às conferências de Foucault no Rio de Janeiro, em 1973, sobre *A verdade e as formas jurídicas*.

Se, porém, as pesquisas de Davis, assim como as de Foucault e Nietzsche, podem ser consideradas genealógicas, são demasiado distintas, desde o recorte histórico até os conceitos com que operam e, mesmo, algo de seu propósito. Enquanto Nietzsche e Foucault se reportam a histórias que começam na Grécia, berço mítico do pensamento ocidental, na Roma cristã, na França iluminista, Davis faz referência às histórias dos movimentos de libertação nos Estados Unidos e no Terceiro-Mundo. Não é a longa tradição à qual pertencem Nietzsche e Foucault, senão a dos movimentos progressistas, de luta contra o racismo, o machismo, a homofobia, a transfobia, por condições de trabalho e de vida, inclusive pelo meio ambiente e por uma ética animal; movimentos feministas, de negros, índios, latinos, palestinos.

A importância da imaginação

Em *Estarão as prisões obsoletas?*, Angela Davis (2018b, p. 9-10) começa contrastando nosso imaginário atual em relação a duas formas de punição mais conhecidas: a pena de morte e a prisão. Se, por um lado, apesar de a pena capital ainda ser empregada em alguns poucos países, incluindo os Estados Unidos, ela foi abolida na maior parte do mundo, por outro lado, a prisão “é encarada como um aspecto inevitável e permanente de nossa vida social” e a maioria das pessoas se surpreende quando sabe da longa história do movimento pela abolição das prisões, que remonta ao próprio surgimento delas como a principal forma de punição; “Na maioria dos círculos, a abolição das prisões é simplesmente impensável”.

Em resumo, “A prisão é considerada algo tão ‘natural’ que é extremamente difícil imaginar a vida sem ela” (ibid., p. 10). Isto significa, então, que a imaginação e a reflexão são decisivas para reconhecer a obsolescência da prisão, como foi, como é, para a abolição da pena capital. Para Angela Davis, quando sabemos que o aumento vertiginoso da população

encarcerada nos Estados Unidos (e no mundo) torna, nos dias atuais, tantas pessoas das comunidades negras, latinas e de nativos americanos “muito mais propensas a ir para a prisão do que a ter uma educação decente” e constrange tantos jovens a se alistarem nas forças armadas como modo de escapar da prisão, quando sabemos que “exceto pelas grandes guerras, o encarceramento em massa foi o programa social governamental implantado de forma mais abrangente em nosso tempo”, então “deveríamos nos perguntar se não é hora de tentar oferecer melhores opções” (ibid., p. 10-12).

Davis localiza o surgimento da política que promoverá o encarceramento penal no governo de Ronald Reagan na Califórnia (1967- 1975), a Era Reagan-Busch, desde os anos de 1980 e 1990, e mostra que tal prática não teve nenhuma relação com o combate ao crime, principal argumento para a expansão das prisões, afinal, “quando o crescimento repentino da construção de prisões teve início os índices oficiais da criminalidade já estavam caindo” (ibid., p. 18); o sistema prisional, ao contrário, é, antes de tudo, um negócio lucrativo: “populações carcerárias maiores não levaram a comunidades mais seguras, mas a populações carcerárias maiores” (ibid., p. 12). Isso criou o que hoje tem sido denominado de “complexo-industrial penal”, a saber, uma força econômica e política que mantém uma relação simbiótica com o complexo industrial-penal, desde a transferência de tecnologia militar para a indústria da aplicação da lei, mas, acima de tudo, os dois sistemas compartilham a geração de lucros vultuosos por parte de grandes corporações em detrimento da geração de sofrimento e devastação nas comunidades pobres e racialmente dominadas. Desde a década de 1980, que assiste ao surgimento do complexo industrial-penitenciário, não se pode mais dizer que a punição seja uma área marginal da grande economia.

Por que aceitamos, por que endossamos a prática de encarceramento? Ou simplesmente: “por que consideramos as prisões algo incontestável?” (DAVIS, 2018b, p. 15). A resposta que Davis dá, começa, como já assinalado, com a naturalização da instituição: “É como se a prisão fosse um fato inevitável da vida, como o nascimento e a morte”; mas também porque “tendemos a pensar na prisão como algo desconectado de nossa vida” (ibid., p. 16). É angustiante pensar em alguém, incluindo-nos, na condição de detento, então a prisão responsabiliza o trabalho ideológico de nos desresponsabilizar dos problemas de nossa sociedade. Entenda-se, desde o início, os romances, as fotos, os filmes, os programas de televisão, os jornais moldaram e moldam o imaginário das prisões, do negro, da mulher, da mulher negra, da indígena, dos latinos.

Uma das dificuldades de se imaginar alternativas para o atual sistema penal está na maneira míope com que encaramos o sistema, um constrangimento que deve ser antes de tudo abandonado, de se pensar uma alternativa única ao atual sistema prisional, isto é, não se deve buscar “substitutos para a prisão semelhantes à prisão”, em vez disso o esforço está em imaginar. (ibid., p. 116).

Em *A liberdade é uma luta constante*, Davis (2018a, p. 23) diz que “o abolicionismo penal parece uma ideia utópica, precisamente porque a prisão e as ideologias que a apoiam estão bastante enraizadas em nosso mundo contemporâneo”. O detalhe está em pensar que aprisionamento e racismo são diretamente proporcionais. Uma sociedade sem racismo é uma sociedade sem prisões. A proposta é enxergar a segurança como questão central, mas com base em uma justiça restaurativa. Mas, ao contrário, “o aprisionamento é cada vez mais usado como estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, ausência de educação e assim por diante” (ibid., p. 23). O curioso é pensar que a solução para muitos desses problemas está na educação, no entanto o que se vê são escolas sendo fechadas ou sucateadas.

Ela oferece uma lista de reivindicações progressistas como “um *continuum* de alternativas ao encarceramento”: “a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reconciliação em vez de na punição e na retaliação” (DAVIS, 2018b, p. 116). Nesse contexto, a descriminalização do uso de drogas deve ser acompanhada de programas comunitários gratuitos a quem deseje enfrentar os problemas com drogas. Além dessas alternativas, podem-se incluir programas de trabalho, salário digno, programas de bem estar social, de lazer comunitário. Ela destaca a solidariedade como principal estratégia de enfrentar os problemas sociais em busca de justiça e liberdade para todos. Cabe, pois, o trabalho crítico de “desvincular crime e punição, raça e punição, classe e punição, gênero e punição” (ibid., p. 121) e de questionar por que os “criminosos” formam uma classe de seres humanos alijados dos direitos civis e humanos concedidos aos outros.

A resposta de Davis à questão sobre a obsolescência da prisão começa com uma imagem reversa, sobre como era impensável o fenômeno do encarceramento em massa, tornado também, inversamente, o desaparecimento da instituição abjeta imaginável. Se alguém lhe dissesse em 1970 que em três décadas haveria 10 vezes mais prisioneiros nos EUA do que até então, chegando ao assustador número de 2 milhões de pessoas, ela mostraria sua incredulidade mais ou menos assim:

Por mais racista e antidemocrático que este país possa ser [...], eu não acredito que o governo norte-americano seja capaz de encarcerar tantas pessoas sem provocar uma poderosa resistência. Não, isso nunca vai acontecer, a não ser que este país mergulhe no fascismo. (Ibid., p. 13).

A imagem é mais uma estratégia de retórica nessa função crítica da filosofia contemporânea, a de usurpar da sociedade a certeza das coisas, de mostrar que o que é não foi nem será, de apontar a falácia dos argumentos que tornam o datável natural e, ao mesmo tempo faz ver o fenômeno como algo de abjeto. Sua principal estratégia está em dizer o imponderável, e apresentar um conjunto de argumentos fundados em pesquisas históricas e sociais, em diálogos com os movimentos progressistas, um conjunto de genealogias que mostram conexões insuspeitas, como a da democracia com a guerra e a prisão, a do capital com o racismo penitenciário. Em casos raros, como agora, encontramos uma confissão de que uma estudiosa do sistema penal e ativista do abolicionismo penitenciário não conseguiu pensar no assombroso crescimento do fenômeno que combatia.

A imagem permite dizer o imponderável: “como foi fácil produzir um sistema de encarceramento em grande escala com o consentimento implícito da população”, assim dito quando ela acaba de se referir diretamente aos “leitores” (ibid., p. 12). De repente, para nós, a “breve narrativa da prisionarização da paisagem da Califórnia” se torna espantosa e o fenômeno, problemático. Não bastam os números alarmantes que cita, é preciso dizer que e por que o são. Talvez mais, o que cremos ser sua estratégia: despertar a partir de considerações políticas uma vontade de ética. Esta que concerne à pessoa, não enquanto indivíduo, senão enquanto partícipe de uma comunidade. Por isso, destacamos essa imagem. Parece-nos que a imaginação é fundamental na consideração ética, pessoal, das questões de ordem política. Destacamos uma fala de Davis em uma conferência de 2005:

O mundo está cheio de pessoas que não têm medo de sonhar com a possibilidade de um mundo melhor. Elas dizem que é possível uma ordem econômica democrática, não exploradora, não racista. Dizem que são possíveis novas relações sociais que liguem os seres humanos ao redor do globo, não pelas mercadorias que alguns produzem e outros consomem, mas pela igualdade e solidariedade e cooperação e respeito. (*Apud* KELLEY, 2012, p. 16, *tradução nossa*).

A imaginação rodeava também os anseios dos negros escravizados que acreditavam que a liberdade seria alcançada com o fim da escravidão. Não puderam ser livres após a abolição da escravatura, nem depois da conquista dos direitos civis. Não receberam os quarenta acres de mula, retirados da pauta abolicionista. Curiosamente, testemunhamos com Davis que os Estados Unidos, conhecidos como a “terra da liberdade”, agora podem ser chamados de “a terra do encarceramento”. A democracia, tida como quintessência da “América”, torna-se apenas

símbolo do capitalismo. Uma democracia que define por preconceitos de raça e classe quem pode ir para a universidade e quem deve ir para a prisão é a antítese da liberdade.

Democracia, antítese da liberdade

Em dois momentos distintos, tanto em 2018, em Goiânia, quando em 2019, em São Paulo e no Rio de Janeiro, Angela Davis falou de Marielle. Na entrevista para o Canal Preto, no fim de 2018, questionada sobre o assassinato de Marielle Franco, Angela Davis responde que foi “um golpe terrível, não só para seus familiares e amigos, mas para todas as mulheres negras do Brasil e para as pessoas que amam a justiça em todo o mundo” (CANAL... 2018). Ela acrescenta ainda que a extrema direita, com sua ascensão e defesa das piores formas de discriminações, que por um tempo se viu pressionada pelo discurso do politicamente correto, hoje sente-se autorizada a disseminar, sem pudores, todo o seu classismo, seu racismo, sua misoginia e sua homofobia, “e parece que perdemos o rumo”. Aqueles, antes silenciados, e se sentem agora fortalecidos e querem se engajar em ações sociais, têm um papel decisivo: “Nossa tarefa [...] deve ser desenvolver um tipo de movimento que faça com que o mundo saiba que nós representamos o rumo da história, não eles”, não os reacionários. “Nossa tarefa deve ser reconhecer coletivamente que somos capazes de seguir um rumo da história que nos trará justiça. E justiça para Marielle e todos aqueles que deram suas vidas lutando” (DAVIS, 2019a). Na palestra que deu nos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Cachoeira, em dezembro de 2018, afirmou que, nos Estados Unidos, o movimento *Black Lives Matter*, movimentos antirracismo, movimentos feministas e movimentos abolicionistas se reuniram “para protestar contra o assassinato brutal de Marielle Franco. Todos nós manteremos o legado dela vivo ao enfatizarmos as inter-relações entre racismo, misoginia, pobreza, homofobia e transfobia. Marielle Franco, presente!” (FEMINISMO..., 2018).

Retornando à conferência de 2019, que tem um título homônimo a um livro recente seu, “A liberdade é uma luta constante”, e é dedicada especialmente a Marielle Franco, nela, Angela Davis (2019a) faz menção a outras tantas ativistas e intelectuais brasileiras, as filósofas Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, as sociólogas Vilma Reis e Angela Figueiredo, e às escritoras Conceição Evaristo e Mãe Stella de Oxóssi. Para dizer mais uma vez, impressionam sua vontade de saber e sua disposição para criar conexões, dito em outras palavras, o cosmopolitismo da filósofa.

Também me recordo de nossa irmã Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro. Estive em um congresso de mulheres negras em Goiânia depois das eleições do ano passado. Mesmo com o luto das pessoas pela morte de Marielle Franco e a indignação com o golpe contra Dilma Rousseff e a prisão de Lula, as pessoas estavam

expressando a determinação para seguir na luta por liberdade. (DEMOCRACIA..., 2019).

Marielle está presente porque reside na esperança de quem acredita em um Brasil transformado ideologicamente e com uma sociedade livre do racismo. “Marielle não acreditava que o racismo seria algo permanente na sociedade humana. Mesmo com um legado de 500 anos”.

O modo como encerra o livro homônimo da conferência sobre Marielle reafirma esse compromisso enquanto questão que lança aos leitores:

não queremos ser capazes de expandir, não queremos ser capazes de imaginar a expansão da liberdade e da justiça no mundo como Hramt Dimk, na Colômbia? Ou como Hramt Dimk nos ensinou a fazer na Turquia, na Palestina, na África do Sul, na Alemanha, na Colômbia e no Brasil, nas Filipinas, nos Estados Unidos? (DAVIS, 2018a, p. 131).

O último capítulo do livro *A liberdade é uma luta constante* é dedicado às solidariedades e transnacionalidades. Logo de início todo mundo exclama, “Eu sou Hramt Dimk!” (ibid., p. 119), assim como aqui no Brasil todos exclamam, Marielle, presente! Expressões que declaram uma espécie de resistência ao racismo, ao genocídio e ao colonialismo. É a afirmação de que tanto a luta de Hramt Dink quanto a de Marielle Franco permanecem. A campanha pela libertação de Davis é um exemplo de engajamento popular contra as figuras mais poderosas dos Estado Unidos que teve repercussão mundial inimaginável e fez dela um símbolo da liberdade. Ela, porém, recusa sempre esse lugar:

Com frequência as pessoas me perguntam como eu gostaria de ser lembrada, minha resposta é que realmente eu não estou preocupada com o modo como as pessoas se lembrarão de mim, enquanto pessoa. O que eu quero que as pessoas recordem é o fato de que o movimento que exigiu minha liberdade triunfou. (DAVIS, 2018a, p. 120)

Para Angela Davis, o perigo para as lutas progressistas é a questão do individualismo. Ela diz que “é fundamental resistir à representação da história como trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade que luta sempre em expansão” (ibid., p. 19). Assim, precisa evitar esse lugar no qual a mídia coloca Nelson Mandela e Martin Luther King Jr. Aparentando atos puxados por um indivíduo, e não atos nos quais estes colaboraram, mas que foram feitos por um número imenso de mulheres e homens, que constituíram, com certeza, o verdadeiro cerne do movimento da liberdade dos Estados Unidos, em meados do século XX.

Com relação a Barack Obama, ela não permitiu a mobilização virtual, em que o movimento acaba no próprio movimento. No que se estende à organização, conseguiu elegê-lo, mas não conseguiu pressioná-lo aos rumos mais progressistas da política. “O que nos fez falta, nos últimos cinco anos, não foi o presidente correto e, sim, movimentos de massa bem

organizados” (ibid., p. 20). O heroísmo que se esperava de Obama, ele não pôde realizar. Não existem heróis, assim como a liberdade também não pode ser individual.

E esse enfrentamento deve ser adotado por pessoas, independente de gênero e raça, abordando questões que afetam mulheres da classe trabalhadora. “Devemos oferecer resistência organizada contra as crescentes manifestações de violência racista” (DAVIS, 2017, p. 20). As transformações não ocorrem porque um dirigente decide agir em prol de modos de vida mais libertários. Em geral são consequência de manifestações populares que forçam políticos relutantes a adotar medidas, o que vale inclusive para representações políticas como Barack Obama, que ao eleger-se criou a expectativa de solução para o fim do racismo, mas, por outro lado, pertencia ao sistema capitalista de um país com perfil colonizador.

Nos últimos tempos têm sido desenvolvidas “campanhas de solidariedade que unem diversas lutas” (DAVIS, 2018a, p. 50), agregam adeptos e contribuem para campanhas globais que pressionam governos opressores a reverem suas atuações, a exemplo da África do Sul, onde o então presidente, Frederik de Klerk, pôs fim ao regime de *apartheid* e garantiu direitos civis iguais para negros e brancos. Isso ocorreu graças a movimentos sul-africanos, dentro e fora do país. A solidariedade não prescinde da interseccionalidade, que é necessária como meio para alcançar a liberdade, analisando gênero conectado à raça, à sexualidade, à nacionalidade e à classe. Fatores que estão relacionados entre si, não sendo permitido analisá-los isoladamente. Não fazer tais conexões é incorrer no mesmo erro cometido pelo movimento feminista hegemônico que, ao racializar o feminismo como branco, foi acusado de promover um falso universalismo.

A luta negra é emblemática, pois nela estão incluídas lutas contra sexismo, homofobia, políticas anti-imigratórias, evidenciando o que “em geral é chamado de tradição radical negra. E essa tradição não está simplesmente relacionada ao povo negro, mas a todos os povos que lutam por liberdade” (ibid., p. 49). Como no caso dos grupos palestinos que tiveram inspiração na luta de grupos negros dos Estados Unidos e continuam a inspirar o povo negro na luta por liberdade.

A mulher negra, aliada incontestável nos embates por liberdade, compreendeu a importância de fazer alianças com as irmãs brancas, ainda que em alguns momentos suas batalhas divergissem. No final do século XIX, um grupo de mulheres negras decidiram se unir para defesa ideológica e militante contra os danos causados pelo racismo. Mas, ao contrário das mulheres brancas, que em seus feminismos não abriam pautas para discussões raciais, este grupo realizou um movimento aberto a todas e todos.

Nosso movimento de mulheres é um movimento de mulheres no sentido de que é conduzido e dirigido por mulheres pelo bem de mulheres e homens, pelo benefício de toda a humanidade, que é maior do que qualquer uma de suas ramificações ou divisões. Nós queremos, nós pedimos o interesse ativo de nossos companheiros e, além disso, não estabelecemos limites de cor. (LERNER apud DAVIS, 2017, p. 15-16)

Em *Mulheres, raça e classe*, *Mulheres, cultura e política* e *A liberdade é uma luta constante*, a filósofa ressalta a relevância feminina nas lutas de classe, chamando atenção para as lideranças de mulheres negras como fortalecimento para as conquistas de direitos e liberdade. Mesmo nos momentos em que as demandas agregavam apenas as mulheres de classe média, brancas e negras trabalhadoras abraçavam a causa com intenção de uma abertura para luta por melhores condições de trabalho e salários mais altos.

“Precisamos nos esforçar para ‘erguer-nos enquanto subimos’. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco” (DAVIS, 2017, p. 17). “Erguendo-nos enquanto subimos” é recorrente na obra, discurso e militância de Davis. E, por assim pensar, recusa, em uma entrevista, o modo como Frank Barat formula uma pergunta sobre o que o feminismo negro tem a oferecer ao movimento de libertação palestina, pois “a solidariedade sempre supõe certa reciprocidade” (DAVIS, 2018a, p. 50), ou seja, mulheres de minorias étnicas têm a oferecer experiências, ideias, estratégias de luta, assim como aprendem com a luta dos povos palestinos.

Ainda que a única possibilidade de trabalho para as mulheres de cor fosse as atividades domésticas. Green e Curry (1996) afirmam que o significado da experiência das mulheres brancas de classe média era completamente diferente da experiência das tarefas domésticas das mulheres negras escravizadas, na medida em que essa atividade contribuiu positivamente para sua igualdade com homens negros, ao invés de prejudicar. O que elas experimentaram era gratificante, apesar de ser um conjunto de trabalhos árduos. A negra foi a primeira classe de mulheres a experimentar o trabalho fora de sua casa. As trabalhadoras domésticas, entretanto, não receberam nenhuma contribuição do feminismo oriundo da classe média branca. O trabalho doméstico ainda é um obstáculo para a libertação feminina. A mulher sofre diferentes impactos quando é feito o recorte de classe. Existe um caráter opressivo na relação trabalhadora doméstica *versus* patroa que está conectada à senzala e à casa grande. A mulher negra se movimenta para destruir as barreiras da opressão, compreendendo que o percurso para a libertação é plural, não há espaço para segregação.

O conceito de interseccionalidade relaciona o sistema de opressões em que as mulheres de diversas raças e culturas estão imersas e que o feminismo hegemônico costuma negligenciar.

A interseccionalidade não nega identidades em detrimento de outras. Procura capturar as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, incluindo, na luta geral pelo direito das mulheres, questões que visam empoderar mulheres negras que historicamente são submetidas à invisibilidade. “As preocupações específicas das mulheres de minorias étnicas devem ser incluídas na pauta” (DAVIS, 2017, p. 19) e um dos pré-requisitos mais importantes para o empoderamento é o auto sustento adequado. A interseccionalidade deve atuar na criação de “um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras” (ibid., p. 18).

O feminismo é uma categoria que vem crescendo e trazendo “contribuições históricas da mulher negra, reconfigurando-se e remodelando-se em resposta ao compromisso crítico daquelas que insistem que o feminismo é antirracista e também solidário às lutas da classe trabalhadora, mulheres de todas as origens raciais e étnicas” (DAVIS, 2012, p. 192, *tradução nossa*).

O feminismo concentra suas preocupações na mulher, no contexto gênero e raça. Há, entretanto, outras relações com as quais também precisa se preocupar. A teoria queer, por exemplo, contesta em alguma medida a teoria feminista. A teoria queer negra, no entanto, busca ser construída através das contribuições do feminismo negro. O feminismo, que inicialmente foi estruturado no binarismo de gênero, agora precisa responder às críticas a partir dos transgêneros, intersexos e teorias de não conformidade de gênero, que por sua vez precisam se envolver com a interseccionalidade de raça e classe. Esse movimento deve encontrar mecanismos para alcançar justiça social concentrando-se na singularidade das diversas categorias sociais.

Angela Davis não está interessada em raça e gênero (e classe e sexualidade e deficiência) por si só, mas principalmente porque foram reconhecidos como condições para hierarquias de poder, para que seja possível transformá-los em meios entrelaçados na luta pela liberdade. “Eu levo muito a sério a categoria ‘liberdade’, e eu percebo o quão longe temos que ir antes de podermos dizer que realmente mudamos o terreno da liberdade” (ibid., p. 197, *tradução nossa*). Davis encontra no feminismo e, sobretudo, no feminismo praticado pelas mulheres negras, novas epistemologias, novos meios transformadores nas relações sociais.

A luta como liberdade

À questão levantada por Frank Barat, se a luta pela liberdade é interminável, Davis (2018a, p. 27) responde positivamente: “eu diria que, à medida que amadurecem, nossas lutas

produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na luta pela liberdade. Como Nelson Mandela, devemos ter disposição para abraçar uma longa jornada em rumo à liberdade.” Liberdade é um movimento de vir a ser, de compreender a complexidade existente na unidade e, assim, resistir à tendência de reproduzir as hierarquias presentes no mundo que desejamos tornar melhor.

Se a liberdade é uma luta é porque é um caminho, é uma escolha, é uma vontade. Se é luta é porque sua vontade é crítica, recusa a passividade, rejeita submeter-se às violências, e antes se afirma enquanto vida digna e solidária. A liberdade é uma luta de afirmações, negações, vitórias e um acúmulo de derrotas. Em todos os casos, um acúmulo de saber, uma expansão da consciência. Uma razão que se cria avessa ao atomismo universalista da filosofia europeia. A luta de justiça e liberdade para indivíduos singulares é sempre, em Davis, uma luta pelo bem coletivo. A liberdade não se cria sem consciência, saber e poder. Liberdade é escolher a luta. É escolher o coletivo, a organização e a mobilização. É uma vontade de solidariedade. É uma compreensão de pertencimento, um exercício de empatia, uma disposição para criar o mundo livre. Está no riso de uma prisão deixada para trás, de alguém, Angela ou Preta, que conhece a alegria da conquista da liberdade. Está no riso de quem vê o amanhã livre estando ao lado daqueles que presenciam as atrocidades atuais, que compreendem as estruturas excludentes. Está no riso do desenho da menina que a filósofa mostra ao repórter como significado de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas, volume II*. Trad. Rubens Rodrigues Torres e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CANAL preto. *Angela Davis fala sobre o caso Marielle Franco*. Goiânia, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2ve_DMX1nOU. Acesso em 24 fev. 2020.

DAVIS, Angela Y. *The meaning of freedom: and other difficult dialogues*. San Francisco: City Lights, 2012.

DAVIS, Angela. “A liberdade é uma luta constante”. In: *DEMOCRACIA em colapso*. São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xjgckTGE4s>. Acesso em 17 jan. 2020.

_____. *A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura*. Tradução de Artur Neves Teixeira. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019b.

_____. *A liberdade é uma luta constante*. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018a.

_____. *Estarão as prisões obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018b.

_____. *Lectures on liberation*. New York: New York Committee, 1971.

_____. *Mulheres, cultura e política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Uma autobiografia*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019c.

DAVIS, Angela; BUTLER, Judith. *Em conversa sobre a desigualdade*. Tradução de Jessica Carneiro Rogério Bettoni. Califórnia: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU>. Acesso em 28 fev. 2020.

FEMINISMO negro descolonial nas Américas. Cachoeira, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Az3uvwz0P1M>. Acesso em 20 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Angela. “Prefácio à edição brasileira”. In: DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 7-11.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

GREEN, J. M.; CURRY, B. R. *Notorious philosopher: the transformative life and work of Angela Davis*. Fayetteville, 1996. Disponível em: https://digitalcommons.uncfsu.edu/govt_hist_wp/4/. Acesso em 25 fev. 2020.

GUYAU, Jean-Marie. *Crítica da idéia de sanção*. Tradução de Regina Schöpke; Mauro Baladi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KELLEY, Robin D. G. Foreword. In: DAVIS, Angela. *The meaning of freedom: and other difficult dialogues*. San Francisco: City Lights, 2012. p.7-16.

LYNCH, Shola. *Libertem Angela Davis e todos os presos políticos*. EUA: Imovision, 2012. 1 DVD (97 min), son., color.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PLATÃO. *Primeiro Alcibíades; Segundo Alcibíades*. Ed. Bilíngue. Texto grego John Burnet; tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Belém: ed.ufpa, 2015.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Os pensadores)